Pr. Leandro B. Peixoto

Segunda Igreja Batista em Goiânia

www.sibgoiania.org

17 de agosto de 2025

[Deuteronômio: A Instrução do SENHOR]

Mensagem nº 2

A vontade do SENHOR **Deuteronômio 4.44–26.19**

Você sabe qual é a vontade de Deus para a sua vida?

Se eu tivesse que contar quantas vezes já perguntei: “*Deus, qual é a tua vontade para mim?*” ou “*O que devo fazer agora?*”, eu perderia a conta. Na verdade, nem saberia por onde começar. Desde minhas lembranças mais antigas, percebo que os momentos de dúvida sempre estiveram presentes. Nunca me faltaram incertezas sobre o próximo passo, decisões que exigiam clareza.

E você? Imagino que também já enfrentou perguntas semelhantes.

São dilemas que nos acompanham em todas as fases da vida: Devo começar esse namoro? Devo terminar esse relacionamento? É hora de casar? Faço essa cirurgia ou espero? Aceito este emprego ou aquele? Onde devo estudar? Qual curso seguir? Para onde devo me mudar? Que conselho devo dar nesta situação?

Essa é a experiência comum a todos — inclusive aos que creem em Jesus Cristo.

Caminhamos por fé, não por vista, certo? Mas ainda assim, precisamos de direção. Confiamos na soberania divina, não é verdade? Mas lutamos com o desconhecido à nossa frente. E justamente nesses momentos somos chamados a decidir — de forma prática, concreta, urgente. Queremos — e de fato precisamos — de direção.

Mas então surge uma pergunta essencial: por onde começar?

É comum sentirmos que a vontade de Deus é um enigma — um segredo trancado a sete chaves.

Alguns, em meio à angústia, chegam a concluir que Deus faz um jogo de esconde-esconde cruel: ele esconde o mapa, e nós ficamos tateando no escuro, tentando achar o caminho.

Ainda que tantas vezes pareça o contrário, conhecer a vontade de Deus não é um jogo de caça ao tesouro. A vontade de Deus não está escondida. Ela não é secreta. Deus jamais joga com o Seu povo um jogo de adivinhação. Se ele deseja que saibamos, ele revela. E já revelou — não por meio de sonhos confusos ou sinais subjetivos, mas por meio da sua Palavra viva e eterna.

Mas eu sei... eu sei. Há decisões práticas a serem tomadas.

Então, permita-me te ajudar.

Decida não viver esperando uma intervenção. Viva em obediência preventiva.

Deixe-me explicar.

Em qualquer estação da vida — seja diante de uma escolha difícil ou em tempos de aparente calma — a prioridade é uma só: ter a certeza de que você está vivendo dentro da vontade de Deus já revelada na Bíblia Sagrada.

Tudo começa com o que há de mais essencial: a **salvação**. Deus quer que você seja salvo. É isso que lemos em 1Timóteo 2.3-4, onde o apóstolo Paulo afirma que Deus, nosso Salvador, “deseja que todos os homens sejam salvos”. Pedro ecoa essa mesma verdade, dizendo que o Senhor “não quer que nenhum pereça, mas que todos cheguem ao arrependimento” (2Pe 3.9). E Jesus, em João 6.40, declara: “A vontade de meu Pai é que todo aquele que vê o Filho e nele crê tenha a vida eterna.” Portanto, o primeiro passo para viver segundo a vontade de Deus é crer em Cristo e receber a vida eterna.

Em seguida, a vontade de Deus é que você seja **cheio do Espírito Santo**. Paulo escreve aos efésios: “Não vos embriagueis com vinho... mas enchei-vos do Espírito” (Ef 5.18). Essa plenitude não é mística nem esotérica; ela está profundamente ligada à habitação da palavra de Cristo, as palavras da própria Bíblia no coração, como vemos em Colossenses 3.16. Ser cheio do Espírito é viver sob a influência transformadora das Escrituras.

Deus também quer que você viva em **santidade**. A vontade dele é clara: “A vossa santificação; que vos abstenhais da imoralidade sexual” (1Ts 4.3). Pedro reforça esse chamado com as palavras: “Como é santo aquele que vos chamou, sede vós também santos em todo o vosso procedimento” (1Pe 1.15-16). Santificação significa separar-se do pecado e consagrar-se completamente ao Senhor, em todos os aspectos da vida. Santificação é a obra

contínua de Deus em nos tornar, na realidade, aquilo que já somos em Cristo: separados do pecado e conformados à sua imagem. É progressiva, acontece pelo Espírito, fundamentada na fé em promessas superiores, e se expressa em uma vida de obediência alegre.

Outro aspecto da vontade de Deus é a **submissão**. Pedro escreve: “Sujeitai-vos... a toda instituição humana... porque assim é a vontade de Deus” (1Pedro 2.13-15). E o autor de Hebreus exorta: “Obedecei aos vossos guias e sede submissos, pois velam por vossa alma” (Hebreus 13.17). Viver em submissão às autoridades legítimas — sejam elas civis, eclesiásticas ou familiares — é expressão prática da obediência ao Senhor.

Por fim, a vontade de Deus, embora difícil de aceitar, inclui o **sofrimento** quando este é por causa da justiça. “Se for da vontade de Deus, é melhor que sofraís por praticardes o que é bom do que praticando o mal” (1Pedro 3.17). Paulo afirma aos filipenses que lhes foi concedida a graça não apenas de crer em Cristo, mas também de sofrer por ele (Filipenses 1.29). E em 2Timóteo 3.12 lemos: “Todos quantos querem viver piedosamente em Cristo Jesus serão perseguidos.” O sofrimento, quando surge por fidelidade a Cristo, não escapa do plano de Deus — faz parte dele.

Em resumo, a vontade de Deus já foi revelada com clareza: que você seja salvo, cheio do Espírito, busque a santificação, seja submisso e disposto a sofrer por Cristo. Quando essas verdades moldam o seu coração, você pode ter confiança de que seus desejos estarão em harmonia com a vontade de Deus. E assim, com liberdade e fé, faça o que mais parecer sábio, sem ferir a consciência — para a glória de Deus.

E se você “errar”, tudo bem. Tudo cooperará para o seu bem.

Eis a promessa de Deus — e o que, no final de tudo, realmente importa:

Romanos 8.26-30 (NVT)

²⁶E o Espírito nos ajuda em nossa fraqueza, pois não sabemos orar segundo a vontade de Deus, mas o próprio Espírito intercede por nós com gemidos que não podem ser expressos em palavras. ²⁷E o Pai, que conhece cada coração, sabe quais são as intenções do Espírito, pois o Espírito intercede por nós, o povo santo, segundo a vontade de Deus. ²⁸E sabemos que Deus faz todas as coisas cooperarem para o bem daqueles que o amam e que são chamados de acordo com seu propósito. ²⁹Pois Deus conheceu de antemão os seus e os predestinou para se tornarem semelhantes à imagem de seu Filho, a fim de que ele fosse o primeiro entre muitos irmãos. ³⁰Depois de predestiná-los ele os chamou, e depois de chamá-los, os declarou justos, e depois de declará-los justos, lhes deu sua glória.

Isso é o que realmente importa.

O segundo sermão de Moisés

Quando chegamos a Deuteronômio 4.44–26.19, vemos que Deus não lança o seu povo numa caça ao tesouro. A vontade dele não estava escondida, e Israel não ficaria perdido no escuro. Os israelitas estavam às margens do Jordão, prontos para atravessar as águas e entrar em Canaã. Essa era a vontade do SENHOR: que tomassem posse da terra prometida em aliança a Abraão e à sua descendência. Mas não era apenas isso. O mesmo Deus que lhes deu a terra também deixou claro — tão claro quanto o sol do meio-dia — como deveriam viver naquele novo lar.

Nosso texto apresenta o segundo sermão de Moisés, dirigido à segunda geração que havia sido libertada do Egito. Seu propósito era prepará-los para a entrada em Canaã, e a melhor maneira de fazê-lo era reafirmar, com clareza, a vontade do SENHOR já revelada na lei, conforme registrada em Êxodo, Levítico e Números.

Essa é a ideia central do sermão que se estende de Deuteronômio 4.44 até 26.19: a aliança de Israel com o SENHOR exigia um amor fiel, expresso em devoção exclusiva a ele como o único e verdadeiro Deus. Esse amor não poderia se restringir a sentimentos, mas deveria ser comprovado em obediência prática à sua vontade. Por isso, os mandamentos do SENHOR foram estabelecidos como o padrão absoluto de vida, moldando o caráter e a identidade do seu povo, regulando sua conduta e distinguindo-os das nações ao redor.

As cláusulas da aliança

Esta é a seção mais longa de Deuteronômio (4.44–26.19). São 23 capítulos e 538 versículos. Nela encontramos as cláusulas da aliança. A ordem e o conteúdo dos Dez Mandamentos estabelecem a pauta estrutural para toda essa parte, embora se possa discutir a forma de organizá-los. Seguiremos à seguinte: introdução, os 10 Mandamentos e conclusão.

1. Uma introdução aos Dez Mandamentos (4.44-49)

O contexto da renovação da aliança é apresentado após a vitória sobre os amorreus e a permanência de Israel em Bete-Peor, à espera da entrada em Canaã. Leia, Dt 4.44-49:

⁴⁴Esta é a lei que Moisés apresentou ao povo de Israel... ⁴⁵Estes são os preceitos, decretos e estatutos que Moisés deu aos israelitas quando saíram do Egito... ⁴⁶enquanto estavam acampados no vale junto a Bete-Peor, do lado leste do Jordão... ⁴⁷Os israelitas tomaram posse do território de Seom e do território de Ogue, reis dos amorreus, a leste do Jordão... ⁴⁸⁻⁴⁹Conquistaram toda a região, desde o vale de Arnom até o monte Hermom, e toda a margem leste do Jordão até o mar Morto.

2. A apresentação dos Dez Mandamentos com um resumo da aliança (5.1-33)

I. Não ter outros deuses além do SENHOR (6.1–11.32)

A exposição do primeiro mandamento estabelece a base teológica para os mandamentos seguintes: o SENHOR é o único Deus.

Israel devia amar e obedecer ao SENHOR com devoção total (Dt 6.1–25). Para isso, precisava rejeitar alianças com os cananeus (Dt 7.1–26), lembrar sempre da graça de Deus e evitar o esquecimento que leva à disciplina (Dt 8.1–20), não se orgulhar das conquistas (Dt 9.1–10.11) e responder ao privilégio da aliança com temor humilde e amor obediente para sempre (Dt 10.12–11.32).

II. Não fazer nem adorar ídolos (12.1-32)

Ao entrar em Canaã, Israel deveria rejeitar toda forma de idolatria, destruindo seus ídolos e práticas pagãs. O SENHOR escolheria o lugar de sua habitação, e sua presença exigiria uma adoração santa, distinta dos costumes das nações, conforme as instruções divinas.

III. Não tomar o nome do SENHOR em vão (13.1–14.21)

Honrar o nome do SENHOR significa reconhecer sua presença santa no meio do povo, não apenas nas palavras, mas em toda a vida. Isso exige fidelidade integral, rejeição de ídolos e compromisso exclusivo com o Deus que não pode ser manipulado como as divindades pagãs.

IV. Guardar o dia de descanso e santificá-lo (14.22–16.17)

A observância do sábado ia além do descanso semanal: incluía devolver ao SENHOR o dízimo da produção, prática já antecipada pelos patriarcas (Gn 14.20; 28.22; Lv 27.30-32; Nm 18.21-28).

V. Honrar pai e mãe (16.18–18.22)

O mandamento de honrar os pais aponta também para a honra devida a todas as autoridades estabelecidas por Deus: juízes, líderes civis, sacerdotes, levitas, profetas e o rei, cada qual chamado a exercer sua função com fidelidade à Torá e submissão ao SENHOR.

VI. Não matar (19.1–22.12)

Deuteronômio mostra que, por ter criado o ser humano à sua imagem, Deus exige que Israel preserve a dignidade da vida em todas as áreas — da justiça e da propriedade à guerra, à família e à sexualidade — de modo que cada esfera da vida reflita a santidade e a ordem do SENHOR.

VII. Não adulterar (22.13–23.18)

Em Deuteronômio, a fidelidade à aliança inclui a sexualidade: o casamento é o espaço legítimo da intimidade, leis protegem a integridade sexual, a prostituição cultural é rejeitada e a pureza é exigida, para que família, comunidade e a honra do SENHOR sejam preservadas.

VIII. Não furtar (23.19–24.22)

Em Deuteronômio, o mandamento de não roubar abrange toda a vida social e econômica: proíbe a exploração, protege a propriedade e a dignidade do próximo, regula penhores e relações familiares, condena o sequestro e exige justiça nos negócios, pagamento justo e cuidado com os pobres, para que a comunidade reflita a equidade e a compaixão do SENHOR.

IX. Não dar falso testemunho (25.1-19)

Esta seção trata da honestidade. Condena a calúnia e a injustiça nos tribunais, protege a viúva e rejeita práticas comerciais desonestas que exploram os necessitados. Assim como os amalequitas, que atacaram os fracos no êxodo, todo abuso dos vulneráveis atrai o juízo do SENHOR.

X. Não cobiçar o que pertence ao próximo (26.1-15)

O chamado ao contentamento em Deuteronômio nasce do reconhecimento de que todas as bênçãos vêm do SENHOR, que libertou Israel do Egito e lhe deu a terra por herança; por isso, o povo devia lembrar sua origem humilde — o “arameu prestes a perecer” — e reconhecer a provisão de seu Redentor.

3. Uma exortação ao cumprimento da aliança (26.16-19)

A declaração formal no final dessa seção (“Hoje”, 26.16) estabelece os compromissos da aliança contidos na coleção e invoca a resposta fiel exigida do povo. Como o Senhor entrou em aliança com os israelitas, eles deviam responder com fé e obediência. Da sua parte, o Senhor lhes prometia renome global, honra e a santa identificação deles com o seu Deus (26.19).

A graça de Deus não exclui a lei

Não é de hoje que a lei de Deus vem sendo atacada. Essa postura ficou conhecida como *antinomianismo*. A palavra tem origem no grego: *anti* (ἀντί) = contra, oposto a; *nomos* (νόμος) = lei. Portanto, literalmente, antinomianismo significa “contra a lei.”

Argumentos antinomianos

Os argumentos antinomianos — ou: contra a lei — partem da suposição de que a graça de Deus, revelada no evangelho, elimina por completo a função da lei na vida do cristão. Um dos textos frequentemente citados como base é Romanos 6.14: “você já não vivem sob a lei, mas sob a graça de Deus.” A interpretação antinomiana — ou: contra a lei — desse versículo afirma que a lei não teria mais qualquer relevância ou aplicação para aqueles que foram alcançados pela graça.

Dentro dessa mesma lógica, argumenta-se que, se a justificação é unicamente pela fé, conforme ensina Paulo em Romanos 3.28 — “somos declarados justos por meio da fé, e não pela obediência à lei.” —, então a obediência se tornaria desnecessária, ou até mesmo um retrocesso ao legalismo. A fé, assim compreendida, tornaria irrelevante todo esforço de conformidade à vontade revelada de Deus.

Outro ponto defendido pelos antinomianos é que Cristo já cumpriu a lei em nosso lugar. Dessa forma, se Jesus obedeceu perfeitamente, não haveria razão para o cristão preocupar-se com a obediência à lei moral, visto que essa exigência já teria sido plenamente satisfeita por ele. Em outras palavras, é a ideia de que, por estarmos debaixo da graça em Cristo, já não teríamos nenhuma obrigação de obedecer aos mandamentos do Senhor.

Ainda se sustenta que a nova aliança substituiu completamente a lei. Com a chegada do evangelho, toda forma de lei, inclusive a lei moral, teria sido abolida, restando apenas o chamado “mandamento do amor”, entendido de maneira vaga e subjetiva.

O papel do Espírito Santo também é invocado nesse raciocínio. Textos como Jeremias 31.33 — “Porei minhas leis em sua mente e as escreverei em seu coração.” — e 2Coríntios 3.6 — “Ele nos capacitou para sermos ministros da nova aliança, não da lei escrita, mas do Espírito. A lei escrita termina em morte, mas o Espírito dá vida.” — esses e outros textos são usados para argumentar que, sendo o cristão guiado pelo Espírito, ele não precisaria mais de mandamentos externos, mas viveria apenas pelo impulso interior da graça.

Por fim, afirma-se que a liberdade cristã exclui qualquer obrigação. Em Gálatas 5.1 lemos: “Portanto, permaneçam firmes nessa liberdade, pois Cristo verdadeiramente nos libertou. Não se submetam novamente à escravidão da lei.” A leitura antinomiana desse versículo conclui que a vida cristã deve ser completamente livre de normas, leis, regras, deveres ou restrições morais. Fomos chamados para a liberdade, eles dirão.

Argumentos bíblicos

Entretanto, à luz da sã doutrina, percebe-se que tais interpretações distorcem o ensino bíblico. Quando Paulo afirma que não estamos debaixo da lei, mas da graça, ele não está negando o valor da lei, mas declarando que já não vivemos sob a sua condenação. Cristo cumpriu a pena da lei em nosso lugar, de modo que agora ela se torna guia para nossa vida de santidade. Por isso, o mesmo apóstolo insiste: “Então, se enfatizamos a fé, quer dizer que podemos abolir a lei? Claro que não! Na realidade, é só quando temos fé que cumprimos verdadeiramente a lei.” (Rm 3.31).

Da mesma forma, embora a justificação seja somente pela fé, a obediência nunca se torna irrelevante. A fé verdadeira sempre se manifesta em obras, como afirma Tiago: “Como veem, a fé por si mesma, a menos que produza boas obras, está morta.” (Tg 2.17). A graça que salva também transforma, produzindo frutos de obediência.

Quanto ao cumprimento da lei por Cristo, é preciso lembrar que, ao obedecer perfeitamente, ele não nos isentou da obediência, mas nos capacitou a vivê-la. Como ele mesmo declarou: “Não penseis que vim revogar a lei... não vim revogar, mas cumprir” (Mt 5.17). O cristão não obedece para ser salvo, mas porque foi salvo.

A nova aliança, pois, não aboliu a lei moral, mas a gravou no coração do povo de Deus (Jr 31.33). O mandamento do amor não substitui a lei, mas a resume e cumpre: “O amor não faz o mal ao próximo [*i.e., não quebra os mandamentos que resguardam a integridade e a santidade do próximo*], portanto o amor cumpre todas as exigências da lei de Deus.” (Rm 13.10). Então, o amor não é a alternativa à lei, mas a sua expressão mais plena.

O Espírito Santo não nos dispensa dos mandamentos; ao contrário, Ele nos conduz a obedecê-los. É Ele quem aplica a lei de Deus ao coração regenerado, capacitando-nos a viver em santidade (Rm 8.4). A letra, de fato, mata quando a lei é lida sem Cristo ou quando as prescrições cerimoniais — que apontavam para Ele e já se cumpriram nele — continuam a ser observadas como se ainda fossem obrigatórias. Mas no evangelho, o Espírito vivifica e nos move a cumprir a lei com alegria.

E quanto à liberdade cristã, ela não é sinônimo de ausência de regras ou permissividade. A liberdade em Cristo não é para a carne, mas para o serviço em amor:

Gálatas 5.13-14 (NVT)

¹³Porque vocês, irmãos, foram chamados para viver em liberdade. Não a usem, porém, para satisfazer sua natureza humana. Ao contrário, usem-na para servir uns aos outros em amor. ¹⁴Pois toda a lei pode ser resumida neste único mandamento: “Ame o seu próximo como a si mesmo”.

Síntese Teológica à Luz das Escrituras

Portanto, fomos libertos do jugo do pecado, da condenação da lei e das prescrições cerimoniais que já se cumpriram em Cristo. Também fomos libertos das leis civis dadas a Israel como nação teocrática — normas que regulavam a vida social, política e jurídica do povo, tratando de heranças, punições, guerras e propriedades —, pois expiraram juntamente com aquele governo específico.

Sim, fomos libertos desses maus senhores, mas para sermos feitos servos da justiça. A verdadeira liberdade consiste em viver para Deus, em obediência à sua Palavra.

E, ainda que não estejamos mais debaixo das leis civis ou cerimoniais, os princípios de justiça e equidade que elas expressavam permanecem válidos e aplicáveis em qualquer sociedade, inclusive a nossa.

Assim, a *graça* não exclui a lei, mas a confirma; a *fé* não torna a obediência irrelevante, mas a motiva e a capacita; *Cristo* não aboliu a lei, mas a cumpriu para que não mais nos condenasse e para que pudéssemos vivê-la; a *nova aliança* não eliminou a lei, mas a inscreveu no coração do crente; o *Espírito Santo* não dispensa os mandamentos, mas nos habilita a obedecê-los; e a *liberdade* em Cristo não é ausência de deveres, mas privilégio de servir a Deus em santidade.

Uma sociedade sem os Dez Mandamentos

Agora, imagine comigo: como seria possível viver em uma sociedade sem lei? Pense em um mundo em que não houvesse limite algum, em que cada pessoa fosse guiada apenas pelos seus próprios impulsos e desejos. Imagine, então, uma sociedade sem os Dez Mandamentos — a lei moral de Deus. Sem esse fundamento, não haveria direção para a vida, nem padrão de justiça, nem referência de verdade. Restaria apenas a anarquia do coração humano, cada um fazendo o que bem entende, sem qualquer temor de Deus e sem respeito pelo próximo. Essas sim, é a realidade de uma humanidade que rejeita a lei do Senhor: desordem, injustiça e vazio espiritual.

- I. Sem o primeiro mandamento — “não terás outros deuses diante de mim” — haveria idolatria generalizada. O culto se voltaria ao poder, ao dinheiro e ao próprio eu; o culto se voltaria ao autocrata e ao Estado. A vida seria guiada por ídolos mutáveis em vez de pelo Deus verdadeiro e eterno.
- II. Sem o segundo mandamento — “não farás para ti imagem de escultura” — o povo criaria deuses à sua própria imagem, manipulando a religião ou o Estado para justificar seus desejos. A fé seria pervertida, transformada em instrumento de opressão ou superstição; a sã doutrina divina seria substituída pela ideologia doentia dos homens.
- III. Sem o terceiro mandamento — “não tomarás o nome do Senhor teu Deus em vão” — o nome santo de Deus seria banalizado, usado para mentir, explorar e legitimar injustiças. A verdade perderia sua referência suprema.
- IV. Sem o quarto mandamento — “lembra-te do dia de sábado para o santificar” — a sociedade se tornaria escrava da produção e do consumo, sem descanso, sem adoração, sem tempo para Deus e sem espaço para o próximo.
- V. Sem o quinto mandamento — “honra teu pai e tua mãe” — a autoridade familiar e social se desintegraria. A rebeldia se tornaria constante, o respeito às gerações anteriores seria desprezado, e a transmissão de valores se romperia. Tudo seria imposto pela força. Imperaria a tirania, na tentativa de se manter a lei e a ordem vigente.
- VI. Sem o sexto mandamento — “*não matarás*” — a vida humana perderia o seu valor intrínseco. Haveria assassinatos impunes, violência crescente e um ciclo interminável de vingança. Pessoas passariam a ser tratadas como descartáveis.

Nesse cenário, sobra espaço para ideologias perversas que tentam redefinir quem merece viver e quem pode morrer.

Foi exatamente o que vimos no nazismo de Hitler, com a busca de uma suposta “raça pura” e o extermínio de milhões de vidas inocentes, sobretudo com o holocausto — o extermínio em campos de concentração — de cerca de seis milhões de judeus entre 1941 e 1945.

- VII. Sem o sétimo mandamento — “não adulterarás” — o casamento e a família seriam destruídos pela infidelidade, promiscuidade e exploração sexual. O amor seria reduzido a desejo egoísta. As pessoas não passariam de objeto sexual.
- VIII. Sem o oitavo mandamento — “não furtarás” — a propriedade deixaria de ser respeitada. Roubo, corrupção e exploração se multiplicariam, tornando impossível a confiança e a cooperação entre as pessoas.
- IX. Sem o nono mandamento — “não dirás falso testemunho” — a justiça seria corrompida. A mentira prevaleceria nos tribunais, na política e nas relações pessoais. A confiança mútua desapareceria.
- X. Sem o décimo mandamento — “não cobiçarás” — a inveja e a ganância governariam os corações, produzindo violência, injustiça e descontentamento crônico. Nunca haveria paz interior, tampouco paz social.

Uma sociedade sem os Dez Mandamentos seria uma sociedade sem limites, sem verdade, sem respeito pela vida e pela dignidade humana. Seria marcada pela idolatria, pela exploração, pela violência, pela injustiça e pela desintegração da família.

Em resumo, seria um caos moral viver em uma sociedade sem os Dez Mandamentos, em que cada um faria “o que parecesse certo aos seus próprios olhos” (Jz 21.25).

Ah, meu povo! Meu amigo, minha amiga! Não dá para imaginar: é impossível viver sem lei, sem a lei de Deus. Alguém talvez diga: “Basta ser guiado pelo amor, oras.” Muito bem. Mas o que seria o amor? Quem definiria o amor?

A resposta é clara: toda forma de amor é definida por alguma lei. Seja a lei da vontade de um tirano ou a lei do desejo de um indivíduo. Infinitamente melhor é o amor que é definido pela própria lei de Deus. Nesse sentido, viver sem amor é viver sem lei, sem regras, sem limites — é agir apenas em favor do próprio interesse.

Busque o conhecimento de Deus

Nos Dez Mandamentos, Deus não apenas estabelece normas para o seu povo; Ele revela a si mesmo. A lei é expressão do seu caráter, reflexo da sua santidade. Observe.

No primeiro mandamento, quando ordena “não terás outros deuses diante de mim”, ele se revela como o único e verdadeiro Deus, digno de devoção exclusiva. No segundo, ao proibir imagens, mostra que é o Deus espiritual e infinito, que não pode ser reduzido a representações humanas, tampouco moldado por mãos humanas. No terceiro, ao vedar o uso leviano de Seu nome, ele se revela como o Deus santo e verdadeiro, que exige reverência e fidelidade. No quarto, ao ordenar o sábado, manifesta-se como o Deus criador e redentor, que concede descanso e comunhão ao seu povo.

Nos mandamentos seguintes, Deus se revela também nas relações humanas.

No quinto, que ordena honrar pai e mãe, ele se mostra como o Deus de ordem e autoridade, que estabelece estruturas para a vida em comunidade. No sexto, ao proibir o homicídio, revela-se como o Deus da vida, que confere dignidade a cada ser humano criado à sua imagem. No sétimo, que proíbe o adultério, ele se apresenta como o Deus fiel, que valoriza a pureza e a aliança. No oitavo, ao proibir o roubo, manifesta-se como o Deus justo e provedor, que respeita e sustenta o direito de cada um. No nono, ao proibir o falso testemunho, mostra que é o Deus da verdade, que odeia a mentira e ama a justiça. No décimo, ao proibir a cobiça, ele se revela como o Deus suficiente, que satisfaz plenamente o coração humano.

Assim, em cada mandamento, Deus não apenas dá uma ordem, mas se dá a conhecer. Ele se revela como único, santo, criador, redentor, justo, fiel, verdadeiro e suficiente. Os Dez Mandamentos são, portanto, uma janela para contemplarmos quem Deus é — e um chamado para que, redimidos em Cristo, reflitamos o seu caráter em nossa vida diária.

Comecei esta mensagem falando sobre a busca da vontade de Deus. Mas antes de tudo, comece buscando o conhecimento de Deus. “Conheçamos e prossigamos em conhecer ao Senhor” (Os 6.3). Glorie-se não em riquezas, poder ou sabedoria, mas em conhecer e saber que o Senhor, em Cristo, é Deus (Jr 9.23–24).

A vida eterna consiste justamente nisso: “que conheçam a ti, o único Deus verdadeiro, e a Jesus Cristo, a quem enviaste” (Jo 17.3). Se você clamar por entendimento e alçar a voz por inteligência, então “entenderá o temor do Senhor e achará o conhecimento de Deus” (Pv 2.3-5).

Por isso, cresça continuamente “na graça e no conhecimento de nosso Senhor e Salvador Jesus Cristo” (2Pe 3.18). Assim, você não apenas encontrará a salvação da sua alma, mas também receberá sabedoria divina para viver, fazendo escolhas certas, santas, que glorificam a Deus e trazem bênção para sua vida e para a vida do seu próximo.

Oração e bênção pastoral

- *Queremos conhecer a Deus em Cristo* — oro para que a igreja cresça na graça e no conhecimento de nosso Senhor Jesus Cristo, encontrando nele a vida eterna e a revelação perfeita do Pai.
- *Queremos viver a vontade de Deus no poder do Espírito* — oro para que, salvos em Cristo, sejamos cheios do Espírito Santo, vivendo em santidade, submissão e fidelidade, mesmo em meio ao sofrimento.
- *Queremos refletir o caráter de Deus pelo evangelho* — oro para que, unidos a Cristo e capacitados pelo Espírito, vivamos os mandamentos do Senhor, glorificando a Deus e abençoando o próximo.

E agora, ao se prepararem para voltar ao mundo com a mensagem do evangelho, esta é minha súplica a Deus em favor de vocês:

Números 6.24-26

O SENHOR os abençoe e os guarde; o SENHOR faça resplandecer o seu rosto sobre vocês e tenha misericórdia de vocês; o SENHOR sobre vocês levante o seu rosto e lhes conceda a paz.

S.D.G. L.B.Peixoto